

As principais dimensões da noção de progresso de JK*

The main dimensions of JK's notion of progress

Leonardo Dias Nunes**

Resumo: O objetivo deste artigo é reconstituir as dimensões da noção de progresso utilizada por Juscelino Kubitschek nos *Discursos* e nas *Mensagens ao Congresso Nacional*. Destaca-se que essa noção expressava a busca, no Brasil, pela consolidação do padrão de vida resultante das transformações decorrentes da Segunda Revolução Industrial. Para tanto, após a *Introdução*, o artigo apresenta as *Principais dimensões da noção de progresso de Juscelino Kubitschek*, quais sejam, as médico-sanitárias, educacionais, científicas, industriais e regionais. Nas *Considerações finais*, as dimensões do progresso defendidas por Juscelino são apresentadas como sendo a expressão do momento em que existia um *horizonte de expectativa* positivo em relação ao futuro. Além disso, mostra-se o período em análise como um *futuro passado* caracterizado por um tipo de atuação do Estado nas transformações estruturais da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Progresso. Dimensões do progresso. Desenvolvimento. Brasil. Juscelino Kubitschek.

Abstract: This article aims to reconstitute the dimensions of Juscelino Kubitschek's notion of progress which is presented in his *Speeches*, and *Messages to the National Congress*. It is highlighted that the use of this notion in Brazil expresses a search for transformations arising from the second industrial revolution. Therefore, after the *Introduction*, the article presents *The main dimensions of Juscelino Kubitschek's notion of*

* Submissão: 12/09/2020 | Aprovação: 26/01/2022 | DOI: 10.29182/hehe.v25i2.766

Este artigo é resultado da pesquisa de doutorado realizada pelo autor e é uma versão modificada dos artigos apresentados no XIII Congresso de História Econômica e 14ª Conferência Internacional de História de Empresas, ocorrido na Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), em setembro de 2019, na cidade de Criciúma; e no X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica, realizado virtualmente em novembro de 2020 e organizado pela Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O autor agradece a leitura e as sugestões realizadas por José Ricardo Barbosa Gonçalves, Paulo Roberto Cimó Queiroz, Fábio Antonio de Campos, Ana Paula Fregnani Colombi e Fabio Padua dos Santos.

** Professor substituto no Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil | ORCID: 0000-0003-4190-1211 | E-mail: leonardodiasnunes@hotmail.com



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial
4.0 Internacional

progress which are: medical-sanitary, educational progress, technical and scientific progress, industrial progress, and regional progress. In the *Final Remarks*, Juscelino Kubitschek's dimensions of progress were presented as an expression of a historical moment in which there were positive expectations about the future. Beyond that, the period under review is shown as a *future past* which demarcates a State's performance type in the structural transformation of Brazilian society.

Keywords: Progress. Dimensions of progress. Development. Brazil. Juscelino Kubitschek.

JEL: N16. O14. O21.

Introdução

O período do governo de Juscelino Kubitschek é apresentado como sendo um momento singular da história econômica brasileira por ter realizado um intenso desenvolvimento capitalista por meio do planejamento executado pelo Estado em um ambiente democrático (Mello; Belluzzo, 1984). No lema do programa de governo desse presidente – *50 anos de progresso em cinco anos de governo* – apreende-se um otimismo em relação à possibilidade de aceleração do progresso. Esse otimismo conjugado com mudanças reais na estrutura econômica e social fez com que esse período histórico fosse estudado de forma extensiva.

No rol das pesquisas realizadas sobre este período destacam-se relevantes trabalhos. Inicialmente, cita-se o livro *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*, escrito pelo historiador americano Thomas Skidmore (1982), publicado pela primeira vez em 1967 e traduzido para o português no ano seguinte. Nessa obra, o brasilianista denominou o período de Juscelino de *anos de confiança* e também apontou para os limites da forma de governar do presidente, dado que a entendia como dotada de muito improviso. Já no livro de Celso Lafer (2002), *JK e o Programa de Metas (1956-61)*, tradução para o português da tese defendida pelo autor em 1970, foram apresentados os aspectos políticos e administrativos do processo de planejamento ocorrido durante o Programa de Metas. No ano seguinte, Octavio Ianni (1971) publicou o livro *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)* e, ao estabelecer as relações entre o Estado e o planejamento econômico, mostrou como no período de Juscelino houve um aumento da complementaridade e da interdependência da indústria brasileira em relação ao capital estrangeiro. Passados cinco anos, em 1976, Maria Victoria M. Benevides (1979) publicou sua dissertação de mestrado intitulada *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*, obra na qual a autora apresentou os pilares da estabilidade política construída por Juscelino e a relacionou com o desenvolvimento econômico alcançado pelo presidente. Um ano depois, Miriam Limoeiro Cardoso (1977) publicou a tese *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*, pesquisa na qual apontou as principais características e as diferenças entre as ideologias de Juscelino e Jânio Quadros. Já na década de 1980 foi a vez de Carlos Lessa (1981) publicar *Quinze anos de política econômica*. Nessa pesquisa, foram analisados os problemas existentes para a implantação do sistema industrial em um país de economia primária. No que se refere ao período de governo de Juscelino, o autor afirmou que o Plano de Metas foi o maior produto da busca consciente pela industrialização no Brasil.

Outros trabalhos, ao abordarem períodos mais longos, também contemplaram a análise do período de Juscelino, como é o caso da tese de doutorado de Lourdes Sola (1998), *Ideias econômicas, decisões políticas*. Defendida em 1982 e publicada em 1998, a pesquisa apresentou os processos decisórios que moldaram os rumos do desenvolvimento capitalista no país de 1945 até 1964. No caso do período de governo de Juscelino, a autora mostrou como o presidente montou um aparato administrativo que o auxiliou a agilizar a realização de seus projetos. Outro caso semelhante a este é observado na tese de Sônia Draibe (2004), *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*, defendida em 1981 e publicada mais de vinte anos depois. Nela, a autora argumentou que a autonomia do Estado originada em uma sociedade primária exportadora levou à politização das questões econômicas. Assim, após 1956, observou essa politização no momento de industrialização pesada, período em que as alianças eram frágeis e estavam aliadas a objetivos específicos.

Concluindo esta revisão que não tem a pretensão de estar completa, apresenta-se o livro *JK, Estados Unidos e FMI: da súplica ao rompimento*, escrito por Victor Young (2014). Nessa dissertação de mestrado apresentada em 2013 e publicada como livro no ano seguinte, o autor mostrou as relações entre Brasil e Estados Unidos durante o governo de Juscelino e evidenciou, por meio de documentos diplomáticos, como o apoio estadunidense à industrialização brasileira foi intencionalmente limitado.

O presente artigo busca apreender uma dimensão não explorada pelos autores apresentados, ao reconstituir as principais dimensões da noção de progresso de Juscelino Kubitschek encontrados em seus *Discursos* e nas *Mensagens ao Congresso Nacional*.¹² Parte-se da hipótese de que, com essa noção, Juscelino expressava os seus objetivos de consolidar, no Brasil, o padrão de

¹ As fontes históricas utilizadas para realizar esta pesquisa possuem uma certa heterogeneidade. Por um lado, as *Mensagens* são documentos longos, formais e extremamente organizados em torno do projeto de governo de Juscelino. Nelas pode-se notar a racionalidade da política governamental. Por outro lado, os *Discursos* formam um conjunto de documentos mais curtos, com um menor grau de formalidade devido à natureza do diálogo que se estabelecia durante a realização desses atos. Nessas fontes, pode-se observar um Juscelino sintético e muitas vezes didático. Apesar da referida heterogeneidade, também existe uma complementaridade entre estes documentos, pois os *Discursos* e as *Mensagens ao Congresso Nacional* apresentam as diferentes perspectivas do discurso e do projeto de governo de Juscelino.

² Este artigo utiliza fontes primárias similares às fontes utilizadas nos trabalhos do professor Pedro Cezar Dutra Fonseca sobre Getúlio Vargas.

vida resultante das transformações econômicas e sociais decorrentes da Segunda Revolução Industrial³ através do planejamento econômico.⁴

Juscelino sistematicamente fazia menção ao progresso nas *Mensagens ao Congresso Nacional* e em seus *Discursos*. Entretanto, não o definia categoricamente. Devido à relevância da ideia de *progresso* para o mundo ocidental, para a ciência econômica e para pensar a mudança social – especificamente a mudança levada a cabo durante o governo –, as principais dimensões da noção de progresso de Juscelino ganham destaque, nelas são observadas as expectativas em torno de um projeto de desenvolvimento econômico.

Sabe-se que a ideia de progresso é antiga e que muito se metamorfoseou. Exemplos da apreensão destas transformações são observados na obra de Robert Nisbet (1985) *História da ideia de progresso* e no artigo de Gilberto Dupas (2007), “O mito do progresso”, publicações caracterizadas como possuidoras de alta generalização para a apreensão de uma ideia de existência secular.

No livro *Crítica e crise*, Reinhart Koselleck mostra como a ideia de progresso do século XVIII caracterizou a filosofia burguesa da história ao condensar uma noção de que o futuro caminhava inexoravelmente para uma condição melhor. De acordo com o autor,

A sociedade burguesa que se desenvolveu no século XVIII entendia-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo. Cresceu a partir do espaço político europeu e, na medida em que se desligava dele, desenvolveu uma filosofia do progresso que correspondia a esse processo. O sujeito desta filosofia era a humanidade inteira que, unificada e pacificada pelo centro europeu, deveria ser conduzida em direção a um futuro melhor. (Koselleck, 1999, p. 9-10)

Já em seu artigo “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”, Koselleck aprimora sua argumentação e apresenta a ideia de progresso enquanto uma síntese dos tempos modernos, momento no qual sempre se esperava que o futuro fosse melhor que o presente. Essa esperança se apresenta na tensão existente entre os conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Por isso, o autor definiu a experiência como sendo “[...] o passado atual, aquele no qual conhecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (Koselleck, 2006, p. 309). Já a expectativa “[...] é

³ Sobre este tema, ver Hobsbawm (1982).

⁴ Para uma análise da relevância da ciência como instrumento de transformação da realidade social subdesenvolvida, ver Álvaro Vieira Pinto (1969).

ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (Koselleck, 2006, p. 310). Reitera-se, então, que na modernidade o *horizonte de expectativa* se apresentava como diferente e qualitativamente melhor que o *espaço de experiência*, e essa é uma característica deste tempo histórico. Ao entender a ideia de progresso como a síntese dos tempos modernos, Koselleck apresenta uma forma de reconstituir e analisar a história ao focar em uma ideia chave do mundo burguês que possibilita a apreensão de um *tempo histórico*.

Assim, parte-se do aparato teórico construído por Reinhart Koselleck para a reconstituição e análise da noção de progresso de Juscelino, pois nela apreende-se o distanciamento entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* e se observa também um *tempo histórico* específico. No Brasil, em meados da década de 1950, havia expectativas de superação do subdesenvolvimento, de internalização dos avanços tecnológicos oriundos da Segunda Revolução Industrial e de criação de uma sociedade burguesa de consumo em massa, assim como se lê em Lessa (1981), Lafer (2002) e Mello e Novais (2009).

Juscelino era o governante que buscava realizar todas essas transformações e acabar com a herança do passado colonial ainda existente no Brasil. Nas fontes históricas deixadas por ele há uma defesa do progresso em diferentes perspectivas que serão agora reconstituídas. Assim, a segunda seção deste artigo é subdividida em seis partes nas quais são apresentadas as principais dimensões da noção de progresso do presidente, quais sejam, as médico-sanitárias, educacionais, científicas, industriais e regionais.

1. Principais dimensões da noção de progresso de Juscelino Kubitschek

Em sua forma mais geral, o progresso, para Juscelino, significava a construção de uma sociedade aos moldes da *civilização cristã ocidental* no Brasil. Ao realizar tal afirmação, o presidente possuía como modelo as principais nações da Europa e os Estados Unidos. Nações cujo desenvolvimento capitalista atingiu seus maiores índices, primeiramente com a Inglaterra, e depois com a difusão da Segunda Revolução Industrial na Europa continental e nos Estados Unidos. No excerto a seguir, Juscelino elogiava a Holanda ao receber a visita do Príncipe Bernardo de Lippe.

Esse esforço de crescimento, essa ânsia de progresso encontram o

seu paralelo na invencível Holanda, assolada pela destruição da guerra e, em poucos anos, reconstruída e próspera, dedicando-se com afincamento ao enriquecimento espiritual e material de sua laboriosa população. Exemplo e modelo de operosidade, vemos naquele país o símbolo de virtudes que enobrecem e dignificam o que representa para nós o ideal da *civilização cristã e ocidental*. (Kubitschek, 1960a, p. 78, grifo nosso)

Para que os avanços tecnológicos e institucionais dessas nações do capitalismo avançado fossem internalizados no Brasil, havia a necessidade de transformar estruturalmente a sociedade brasileira. O desafio que Juscelino colocava para si era simplesmente acelerar o processo de transformação de uma sociedade de passado colonial, que há menos de um século havia abolido a escravidão, em uma sociedade urbana e industrial.

Não era uma transformação de pequena proporção, por isso as dimensões do progresso existentes nos *Discursos* e nas *Mensagens ao Congresso Nacional* são pouco citadas em trabalhos que focam no debate sobre planejamento e industrialização. Essas diferentes dimensões estão apresentadas nas próximas partes desta seção. Entre elas estão as dimensões médico-sanitárias, educacionais, científicas, industriais e regionais.

2. O progresso médico-sanitário

No artigo “O Brasil não é só doença: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek”, Gilberto Hochman contextualiza como Juscelino interpretava o cenário médico-sanitário do Brasil e como se diferenciava das interpretações vigentes no país nas décadas de 1910 e 1920. No início do século XX, médicos, sanitaristas e intelectuais entendiam que havia a possibilidade de reabilitar o país por meio de um programa de saúde pública. Exemplo disso é a frase “O Brasil é um imenso hospital”, dita por Miguel Pereira em 1916 e transformada na bandeira da *Liga Pró-Saneamento do Brasil* (Hochman, 2009).⁵

Em meados da década de 1950, havia passado mais de trinta anos do surgimento da *Liga Pró-Saneamento* e vivia-se um período caracterizado pelo otimismo sanitário ocorrido durante os anos posteriores à Segunda Guerra

⁵ “Organização fundada em 1918 com o objetivo de atuar em prol do saneamento, não apenas do interior, mas de todo o Brasil, como caminho para a modernização e o desenvolvimento da nação. Foi extinta em 1920, após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública” (Setemy, s.d.).

Mundial. Portanto, vislumbrou-se o controle ou até mesmo a erradicação das doenças características do mundo subdesenvolvido (Hochman, 2009). Por isso, ao tocar no tema da necessidade de assistência médica, em setembro de 1960, quando inaugurou o Hospital Júlia Kubitschek em Belo Horizonte, Juscelino afirmava que não havia descuidado “[...] dos problemas de saúde tanto pela minha condição de médico como por saber que não se leva adiante um programa que tem por escopo acelerar o progresso nacional, sem cuidar do homem que será o executor desse plano de ação” (Kubitschek, 1961, p. 310).

No início do século XX, a situação da saúde pública em um determinado país não era relacionada com a sua situação econômica. Por isso, Juscelino acentuava a existência de uma equivocada premissa de que “[...] sendo propiciada à população assistência médico-sanitária, semelhante à desfrutada pelos países de alto nível econômico-social, não tardaríamos a alcançar condições semelhantes de progresso” (Kubitschek, 1956, p. 183). Entretanto, essa tese tornou-se falsa com o avanço das pesquisas sobre o tema.

Sobre esse assunto, o médico sanitarista Mário Pinotti, ministro da Saúde de Juscelino de 1958 até 1960, ao introduzir seu livro *Vida e morte do brasileiro: saúde e doença no Brasil*, argumentava à época que o “[...] desenvolvimento econômico de um país é a condição básica para a configuração dos quadros nacionais de saúde. A economia influi decisivamente no desaparecimento ou aparição de grande número de afecções e até nos níveis de produtividade humana” (Pinotti, 1959, p. 2).

Levando em consideração a argumentação apresentada por Mário Pinotti e Juscelino Kubitschek, entende-se que a luta pela criação de uma sociedade de acordo com os padrões de vida dos países que internalizaram os avanços tecnológicos oriundos da Segunda Revolução Industrial passava pela melhora das condições básicas de vida do brasileiro. Por isso, Juscelino, ainda enquanto candidato à presidência, no ano de 1955, lançou o *Programa de saúde pública do candidato*, com os objetivos que buscava alcançar nessa área durante o seu mandato presidencial. No programa, buscava-se erradicar as seguintes enfermidades: tracoma, boubá, malária, doença de Chagas; controlar a esquistossomose, as verminoses e a lepra; eliminar o bócio endêmico; extinguir a leishmaniose; assistir pacientes com câncer e doenças mentais; e, por fim, combater e assistir pacientes com tuberculose e poliomielite (Kubitschek, 1955 *apud* Hochman, 2009).

Como pode ser observado, no Brasil ainda era necessário construir uma

infraestrutura de saneamento básico para controlar verminoses e doenças como a esquistossomose. Por isso, o presidente também se preocupava com a “[...] solução de problemas municipais, entre outros o do abastecimento d’água e o do suprimento de energia elétrica, serviços em que a União está invertendo substanciais recursos” (Kubitschek, 1958b, p. 77).

Na *Mensagem ao Congresso Nacional*, de 1957, Juscelino afirmava que 80% das sedes municipais não contavam com abastecimento de água (Kubitschek, 1957, p. 482). Por isso, havia dirigido ao Congresso nacional “[...] em junho de 1956, mensagem em que propõe a adoção de um sistema de financiamento pelo qual, dentro de poucos anos, as sedes dos municípios brasileiros contarão com esse progresso urbano” (Kubitschek, 1957, p. 482).

Nesse período também já existiam no Brasil as chamadas doenças de países desenvolvidos. Eram os problemas de saúde relacionados com o progresso e que também recebiam a atenção do presidente. Por um lado, Juscelino preocupava-se com a prestação de tratamento e assistência relacionados às doenças mentais e argumentava que o “[...] progresso e a industrialização rápida produzem choques emocionais capazes de desencadear crises neuróticas, geradoras de inaptações, as mais das vezes temporárias, mas que representam, pela não produtividade dos pacientes, elevada perda para a sociedade” (Kubitschek, 1958c, p. 280). Por outro lado, também já havia a preocupação com o câncer, doença causadora da maior parte dos óbitos, principalmente “[...] nos centros de maior progresso econômico, confere-lhe o caráter de doença social de suma gravidade” (Kubitschek, 1960b, p. 180). Para combatê-lo, investia no diagnóstico precoce para que houvesse maior sucesso no tratamento.

Além de pensar em tratamentos médicos e construção de infraestrutura sanitária, Juscelino tinha uma especial atenção e respeito para um determinado profissional da saúde: o médico. O presidente situava o médico como integrante das “[...] forças sociais, que elaboram o progresso do país, a sua personalidade respeitável, a sua ciência humanitária, a glória discreta que lhe dá o êxito sem publicidade de suas batalhas de todos os dias, pela saúde do povo e pela recuperação das criaturas” (Kubitschek, 1958b, p. 221-222).

Enfim, o médico podia ser visto como um indutor do progresso, pois era detentor de um conhecimento e de uma técnica que, sendo adequadamente utilizados, poderiam auxiliar na melhora das condições de vida da população. Ao analisar as obras de Juscelino, observa-se que não era apenas o médico altamente valorizado pelo presidente. O professor, o cientista e o

técnico também eram entendidos como atores indutores do progresso e, para entrar nesse assunto, inicia-se a exposição do tema do progresso educacional.

3. O progresso educacional

No ano de 1956, o educador Anísio Teixeira reuniu uma série de trabalhos, resultado de pesquisas e palestras, no livro *A educação e a crise brasileira*. Ao introduzir a obra, Anísio faz uma análise da crise existente na educação brasileira e apresenta as transformações necessárias para que as instituições educacionais pudessem auxiliar com mais eficiência na formação e qualificação dos profissionais que estavam sendo demandados pelo processo de industrialização nacional. Anísio não poupava críticas e afirmava que uma das

[...] consequências dessa evolução, unilateralmente acelerada, da vida nacional vem sendo a incorporação, sem o devido preparo, das massas do campo e das pequenas cidades ao operariado dos centros industriais e o crescimento vertiginoso das grandes cidades, com os resultados já conhecidos da urbanização intensiva, agravada pela heterogeneidade e ausência de formação dos novos elementos transplantados. (Teixeira, 2005, p. 52)

Nesse mesmo contexto em que Anísio Teixeira realizava essas críticas, Juscelino dizia que somente “[...] educada, poderá a geração nova, participando do progresso nacional, contribuir para a conquista da grandeza econômica do Brasil” (Kubitschek, 1956, p. 196). Afirmações como essas estavam fundamentadas no conhecimento das limitações do sistema educacional brasileiro em fornecer técnicos com as habilidades necessárias para gerir o complexo processo produtivo criado na Segunda Revolução Industrial. Essa constatação também era evidenciada, em 1959, por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni no artigo “As exigências educacionais do processo de industrialização”. Nesse trabalho, os autores argumentam que “[...] um dos mais sérios problemas resultantes do crescimento industrial rápido, e que está exigindo medidas racionais e práticas para a sua solução, é o da inadequação do sistema educacional à nova ordem econômica e social emergente” (Cardoso; Ianni, 1959, p. 142). Antes mesmo de os sociólogos terem escrito o artigo sobre a relação entre a educação e a industrialização, Juscelino já mostrava conhecer a situação a ser transformada e afirmava que seria impossível o

[...] progresso científico sem desfechar um ataque simultâneo aos vários fatores que presentemente lhe impedem o florescimento.

Dentre estes, sobressaem as dificuldades com que lutam as nossas universidades para se constituírem, efetivamente, em centros de formação de técnicos e pesquisadores, aptos a enriquecer o acervo da ciência. Inspiradas em modelos europeus do século passado, padecem dos vícios de uma estrutura arcaica, que não lhes permite acompanhar os progressos de ensino e da pesquisa. A superação dessa deficiência compete, principalmente, às próprias universidades, no exercício da autonomia de que gozam. (Kubitschek, 1958c, p. 258)

A crítica à universidade que se espelhava na Europa do século XIX era recorrente à época, pois esse modelo não preparava os técnicos necessários para a indústria e também não era entendido como democrático. Por isso, ao discorrer sobre a lei que tramitava no Congresso para reformar o ensino no Brasil, Juscelino esperava aumentar o nível educacional no país e, conseqüentemente, alcançar “[...] em tempo previsível, [...] a escolarização completa que virá assegurar à nossa democracia representativa uma base autêntica e, paralelamente, ampliar os quadros técnicos, científicos e intelectuais, indispensáveis ao progresso do País” (Kubitschek, 1960b, p. 149).

A carência de quadros técnicos que eram necessários para o progresso do país era observada sistematicamente por Juscelino, por isso, em seu discurso como paraninfo dos formandos da Faculdade de Engenharia Industrial de São Paulo, em 1958, declarou que havia no Brasil um “[...] déficit de engenheiros, no momento em que o progresso da ciência exige um número crescente de técnicos: por isto, além de profissionais, deveis preparar-vos para mestres. Caber-vos-á moldar os quadros do futuro, fazer escola, criar uma mentalidade” (Kubitschek, 1959, p. 129).

No artigo de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, observa-se que o número e a qualidade de profissionais formados no Brasil, em meados da década de 1950, não auxiliavam eficientemente o esforço de industrialização nacional. Entre os graduandos de 1957, 27,30% formaram-se em Direito, 18,45% em Filosofia e 13,10% em Medicina e Saúde Pública. Somados os números de graduandos dos três cursos que mais formavam quadros no país, tem-se mais de 58% do esforço do ensino superior brasileiro voltado para a formação de quadros que não auxiliavam diretamente no esforço de industrialização. Além disso, ao analisar os 10,65% dos formandos em Engenharia, argumentavam Cardoso e Ianni que eram quadros formados principalmente em áreas que não estavam voltadas para o esforço da industrialização, como era o caso da Engenharia Civil, possuidora de 55% das matrículas nos cursos de Engenharia no ano de 1957 (Cardoso; Ianni, 1959).

Além de buscar formar engenheiros e técnicos qualificados para o esforço de transformação da sociedade brasileira, Juscelino possuía objetivos mais amplos com o ensino superior. Para o presidente, as

[...] universidades, coroamento do ensino, constituem a segurança de formação dos quadros das elites dirigentes, para a supervisão cultural e técnica do progresso do País. São as forças vivas empenhadas no desenvolvimento da cultura, imprescindível às realizações construtivas. Da prosperidade das nossas instituições de ensino superior e especializado decorrerá a própria civilização espiritual da Pátria. (Kubitschek, 1956, p. 201)

Após a leitura do excerto, percebe-se que a criação de quadros técnicos era apenas uma parte dos objetivos de Juscelino. Na verdade, ele buscava a formação de uma elite nacional dirigente do progresso do país. Mas também pode ser adicionado à sua argumentação a ideia de que “[...] não há destino glorioso com os simples efeitos do progresso material, com a pura realização de obras de engenharia e outras que tais” (Kubitschek, 1958b, p. 63-64), pois, para criar um país poderoso, seria necessária a “[...] participação de suas elites na problemática nacional; o que promove a verdadeira expansão e o crescimento continuado das nações é o esforço do Estado aliado ao que se elabora, ao que se processa nas universidades” (Kubitschek, 1958b, p. 63-64).

Juscelino se movia na tensão existente entre a formação básica e a de especialistas. A primeira integraria os brasileiros na civilização moderna. Já a segunda prepararia os quadros bem qualificados que se encontravam em falta no país (Kubitschek, 1958c, p. 20). Assim, por um lado, o presidente observava “[...] o aperfeiçoamento do operário como um dos elementos de progresso da indústria nacional” (Kubitschek, 1959, p. 156). Por outro, argumentava que “[...] o futuro do Brasil, por depender da técnica e das conquistas científicas, repousa na estabilidade, na eficiência e na modernização de sua estrutura universitária [...]” (Kubitschek, 1959, p. 24). Consequentemente, investia fortemente no financiamento de bolsas de estudo, instrumento que era entendido como muito “[...] recomendável num país em extraordinário surto de progresso, que empregava trinta e cinco milhões de cruzeiros em 1955, e teve essa verba aumentada dezoito vezes em 1959, quando se utilizaram, para o mesmo fim, seiscentos e trinta milhões (Kubitschek, 1961, p. 81).

Ao observar o tema da reforma educacional brasileira na perspectiva de Juscelino, compreendem-se as razões que o levavam a relacionar os diplomas emitidos pelas universidades com as obras inauguradas por todo o território nacional.

Entrego-vos hoje estes diplomas com o mesmo entusiasmo que ponho ao inaugurar os marcos de progresso que estamos semeando cada dia no mapa do Brasil, nas grandes obras de desenvolvimento iniciadas em meu Governo: as novas usinas e as novas barragens, os poços de petróleo e as indústrias pesadas, as refinarias e os hospitais, as estradas, as escolas e os centros de pesquisas. (Kubitschek, 1959, p. 457)

Juscelino fazia tais afirmações fundamentado em seu ideal cristão, orientado pela preocupação de Dom Bosco com as necessidades educacionais surgidas com a Revolução Industrial. Argumentava que havia a possibilidade de melhorar as condições de vida por meio “[...] do progresso técnico, dias em que não haja mais no Brasil crianças ao desamparo e em seu seio, jovens que provenham de famílias pobres ou de famílias abastadas recebam todos educação condigna, como sonhava o grande vidente do mundo moderno” (Kubitschek, 1961, p. 302-303).

Enfim, além de se preocupar com a formação de capital financeiro e capital físico, Juscelino não deixava de salientar a importância do capital humano, pois aqueles dois primeiros capitais não “[...] se traduzem em eficiência e progresso sem a formação do capital humano, mediante o treinamento de cientistas, economistas, técnicos e operários capazes de proporcionarem melhor rendimento dos recursos existentes” (Kubitschek, 1958a, p. 244-245). Ao continuar sua argumentação, dizia que esta era uma “[...] tarefa penosa e lenta, que não permite milagres. Educação e treinamento são ao mesmo tempo o menos espetacular e o fundamental investimento de uma nação que deseja desenvolver-se” (Kubitschek, 1958a, p. 244-245).

Após apresentar a relação existente entre a educação e o progresso de acordo com os pronunciamentos de Juscelino, procuraram-se informações acerca da relevância da política educacional para que fosse edificada uma sociedade industrial de consumo em massa no Brasil, tarefa que não seria fácil de ser alcançada, de acordo com as reflexões de Anísio Teixeira, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Afinal, o sistema educacional brasileiro possuía dimensões limitadas e ainda era pouco qualificado para auxiliar na realização da tarefa da industrialização.

A seguir, apresenta-se um excerto cujo conteúdo é a síntese da visão de Juscelino sobre a potencialidade da ciência como indutora do progresso. Para o presidente, da atividade

[...] científica e tecnológica decorre hoje o domínio dos fatores

que determinam o progresso material e, sob certos aspectos, o bem-estar social das coletividades. Como Nação modelada ao influxo de ideais cristãos, entendemos que o progresso técnico deve impregnar-se de valores morais e espirituais, e que padecerá de debilidade congênita o seu portentoso arcabouço, se se perderem de vista exigências que, no homem, se mostram tão imperativas quando as que dizem respeito à sua subsistência e segurança. Um progresso técnico que preserve a fisionomia espiritual da Nação e lhe permita projetar-se, no mundo, como uma das mais esplêndidas conquistas da civilização latina e cristã – eis o ideal que hoje polariza os anseios de todos os brasileiros. Mas cumpre não perder de vista que o desenvolvimento superior das ciências é, a um só tempo, força propulsora e produto do progresso econômico. Foram as aplicações tecnológicas de princípios científicos que permitiram que se criassem as formas de atividade produtivas que caracterizam a industrialização. Entretanto, é o domínio destas formas de produção que propicia recursos e ambiente ao cultivo da ciência. Verificou-se esse fenômeno na maioria dos países altamente industrializados. Para os que ainda não se desenvolveram plenamente, outro é o caminho. Não podemos esperar que, do progresso material conquistado pela simples transplantação de processos tecnológicos desenvolvidos alhures, resulte o desenvolvimento da ciência brasileira. Esse processo, por demais moroso, viria colocar o País, ainda por longos anos, em perigosa dependência cultural. Assim como a industrialização do Brasil se ativa em virtude de uma intervenção racional no processo econômico, integrada no programa governamental de metas, ao desenvolvimento cultural e científico se deverá aplicar o mesmo estímulo enérgico e lúcido. (Kubitschek, 1958c, p. 256)

Após ser evidenciada essa enfática defesa da necessidade de intervenção racional do Estado nos processos de industrialização e de desenvolvimento cultural e científico, passa-se para a apresentação da argumentação em torno da necessidade do progresso técnico-científico por parte de Juscelino.

4. O progresso técnico-científico

Juscelino buscava transformar não apenas a infraestrutura econômica, mas também o homem que realizaria as atividades nessa infraestrutura transformada. Para tanto, seria necessário muito investimento em ciência e tecnologia no Brasil. Ainda no ano de 1951, Juscelino era um vigoroso defensor do avanço do conhecimento técnico; por isso, fazia questão de participar de

reuniões científicas não apenas como governador, mas também como médico. Na obra *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*, Ana Maria Fernandes relata que uma novidade da terceira reunião ocorrida em Belo Horizonte, no ano de 1951, foi a participação de Juscelino, então governador de Minas Gerais, em um dos simpósios do evento (Fernandes, 1990, p. 53).

Enquanto presidente da República, Juscelino afirmava que em “[...] todos os ramos da atividade humana, *qualquer progresso se subordina ao conhecimento da técnica*, que domina o mundo na paz e guerra, pois o poderio militar, tão intimamente ligado à capacidade industrial moderna, também é decorrência da técnica” (Kubitschek, 1960a, p. 209–210, grifo nosso). Entretanto, ao observar a realidade nacional em perspectiva histórica, o presidente percebia que não “[...] procurava o Estado atender as necessidades educacionais decorrentes da urbanização e da industrialização de muitas cidades do País” (Kubitschek, 1960b, p. 152). Juscelino estava fazendo menção aos centros de educação completar e aos pavilhões de artes industriais que foram instalados após 1957 pelo país. Com tais investimentos, esperava-se “[...] criar [...] condições para elevar o nível dos conhecimentos na esfera da produção e intensificar o ritmo do nosso progresso econômico” (Kubitschek, 1960b, p. 152).

Por meio dessas iniciativas, Juscelino buscava formar uma “[...] nova estirpe de trabalhadores intelectuais, capaz de resolver, pela inteligência e pela cultura, os imensos problemas que o Brasil ainda tem pela frente, dentro dos instrumentos da técnica e do progresso científico” (Kubitschek, 1959, p. 23). Por isso, era tão necessária e enfatizada a diversificação dos quadros formados e a formação de um maior número de cientistas. De acordo com o presidente, a experiência dos países desenvolvidos poderia ensinar que “[...] o progresso industrial corre no mesmo ritmo que o crescimento e a diversificação dos quadros técnicos. O ascenso da proporção de engenheiros foi em alguns deles de 800 para 3.000 por milhão de habitantes, nos últimos 50 anos” (Kubitschek, 1957, p. 432).

Como se pode perceber, fazia parte do repertório argumentativo de Juscelino comparar o Brasil com os países já desenvolvidos. Era uma comparação precisa, pois o presidente não queria que o progresso do Brasil demorasse tanto quanto demorou nos países desenvolvidos. Consequentemente, argumentava que a “[...] potencialidade de progresso de um País afere-se, hoje, sobretudo pelo número de técnicos e cientistas de que possa dispor, especialmente se, encontrando-se em fase de desenvolvimento, não quiser repetir o lento caminho palmilhado pelas velhas Nações” (Kubitschek, 1958c, p. 21).

Diante dessa argumentação, tornava-se óbvia a defesa do financiamento de institutos de pesquisa.

Despendeu a COSUPI, no biênio 1958/59, mais de 800 milhões de cruzeiros em obras, equipamentos, remuneração e professores e técnicos de alto nível, pesquisadores, bolsistas e estagiários de tempo integral. Puderam, assim, instalar-se e funcionar os seguintes institutos: de Eletrônica e de Mecânica, em Belo Horizonte; de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto; de Matemática e de Física, no Rio Grande do Sul; de Mecânica e de Mecânica Agrícola, em Curitiba; de Genética, em Piracicaba; de Economia Rural, no Estado do Rio; de Química e Ciências Sociais, no Distrito Federal; de Química, em Salvador; de Geologia, em Recife; e de Tecnologia Rural, em Fortaleza. É desnecessário encarecer a extraordinária importância desses institutos para o progresso científico e técnico do Brasil. (Kubitschek, 1960b, p. 166 grifo nosso)

Uma contribuição desses institutos de pesquisa para a ciência mundial era evidenciada pelas criações do Instituto Técnico Aeroespacial, que, ao formar “[...] engenheiros da mais alta capacidade, desenvolvendo pesquisas que colocam o Brasil na primeira linha da competição universal da técnica, dispõe-se a apresentar dentro em breve mais uma grande contribuição brasileira ao progresso da humanidade [...]” (Kubitschek, 1958a, p. 310). Nesse exemplo, Juscelino se referia a uma aeronave que possuía simultaneamente as características de helicóptero e de avião.

A nova capital do Brasil não poderia estar fora desse esforço de formação de quadros qualificados para realizar o esforço de desenvolvimento nacional. Por isso, Brasília seria dotada “[...] de uma grande universidade, pois só uma universidade é capaz de reunir um corpo qualificado de especialistas em todos os campos do saber, apto a aumentar o desenvolvimento de um país moderno e incrementar o progresso técnico e científico” (Kubitschek, 1961, p. 303).

Continuando a abordar o tema da universidade que seria construída na nova capital, é útil apresentar neste artigo o conteúdo da obra *Universidade de Brasília*, organizada por Darcy Ribeiro em 1962. Nesse livro foram publicados o projeto de organização da universidade e os pronunciamentos de educadores e cientistas sobre a Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que autorizava a instituição da Fundação Universidade de Brasília. As afirmações de Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Celso Furtado, presentes nessa publicação, auxiliam a contextualizar a relevância que o saber técnico e científico ganhava na sociedade brasileira à época.

Darcy Ribeiro iniciava com a afirmação de que, no Brasil, não tínhamos “[...] uma verdadeira tradição universitária a defender e preservar” (Ribeiro, 1962, p. 3). A crítica se dirigia à estrutura, que apenas havia instituído a primeira universidade em 1920 e, além disso, possuía por característica o isolamento entre as partes e o acanhamento intelectual. Darcy argumentava que diante dessas condições “[...] só uma universidade nova, inteiramente planejada, poderá estruturar-se em bases mais flexíveis e abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior” (Ribeiro, 1962, p. 5).

Darcy Ribeiro apostava na possibilidade aberta pela construção de Brasília para a criação de uma universidade diferente das antigas universidades brasileiras. De acordo com sua análise, as instituições de ensino superior alemãs, americanas, inglesas e russas haviam renovado seus cursos com a integração da ciência moderna e da tecnologia, caminho que deveria ser seguido pelo Brasil, onde ainda eram formados cientistas e tecnólogos no ensino e cultivo da tradição clássica (Ribeiro, 1962, p. 5-6).

Quando se observam as funções que Darcy Ribeiro estabelecia para a nova universidade, percebe-se que a nova capital e o surto de industrialização que ocorria no Brasil auxiliavam na criação da nova instituição. De acordo com o autor, as funções da Universidade de Brasília seriam ampliar as oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira, diversificar a formação profissional existente no país, auxiliar na função integradora de Brasília, renovar as formas de realização de empreendimentos pelo Estado, interagir com outros centros culturais para desenvolver as ciências, as letras e as artes e libertar a população brasileira da mediocridade do provincianismo urbanístico e arquitetônico (Ribeiro, 1962).

Sem dúvida, Darcy Ribeiro havia criado um projeto arrojado para a universidade da nova capital do Brasil. Por isso, ao se posicionar sobre a criação da nova instituição, Florestan Fernandes afirmava que o esforço de Darcy era inovador, pois a “[...] estrutura e as funções da Universidade foram pensadas com vistas para o mundo moderno – as necessidades de preparação do homem, que resultam do pensamento científico e da tecnologia da era industrial” (Fernandes *apud* Ribeiro, 1962, p. 53-54).

Além do elogio de Florestan Fernandes, pareceu pertinente apresentar o apoio de Celso Furtado à criação da Universidade de Brasília, que em sua opinião “[...] constitui uma grande oportunidade de tentar reorientar todo o sistema universitário brasileiro” (Furtado *apud* Ribeiro, 1962, p. 70). Tal reorientação, ao ser exemplificada pelas limitações dos cursos de Economia,

deveria ser realizada por intermédio da investigação da singularidade nacional que não era apreendida nos modelos criados nas universidades estrangeiras. Argumentava Furtado que a mera adoção do modelo simplista do Fundo Monetário Internacional poderia fazer com que os resultados da política econômica fossem opostos aos desejados (Furtado *apud* Ribeiro, 1962).

Nessa argumentação, Celso Furtado deixava claro que as regiões subdesenvolvidas necessitavam de uma teoria diferente daquelas que eram criadas nas universidades europeias e americanas. Tal teoria poderia ser criada em instituições de ensino como a nova Universidade de Brasília, daí o entusiasmo dos educadores e cientistas que, assim como Furtado, buscavam a superação do subdesenvolvimento.

Com as observações apresentadas aqui, verifica-se como o programa de governo de Juscelino orientava a transformação das instituições de ciência e tecnologia do Brasil. Argumentava o presidente que o “[...] programa de desenvolvimento, consubstanciado nas metas que me propus realizar, se assenta primordialmente em grandes obras de engenharia, que estão a pedir a vossa cooperação e o vosso entusiasmo” (Kubitschek, 1959, p. 500). Além disso, e para concluir esta seção, apresenta-se também o argumento de que a realização de pesquisas em institutos nacionais auxiliava não só no progresso, mas também na emancipação dos recursos e dos conhecimentos técnicos externos (Kubitschek, 1959, p. 25). Na próxima seção, apresenta-se a compreensão e as necessidades do progresso industrial de acordo com Juscelino.

5. O progresso industrial

Sem dúvida, o progresso industrial era a meta mais almejada de Juscelino, pois esse progresso era a consequência e a causa de muitos outros progressos. Em 1960, Heitor Ferreira Lima, no artigo “Um quinquênio de expansão industrial”, apresentava os resultados alcançados no progresso industrial e, após analisá-los, argumentava que a sociedade brasileira estava “[...] transpondo a linha divisória de país subdesenvolvido para atingirmos uma categoria mais elevada, que nos levará a emparelhar-nos dentro de pouco tempo aos tipos de países adiantados do ponto de vista capitalista” (Lima, 1960, p. 23-24).

A análise feita por Heitor Ferreira Lima apresentava a missão que Juscelino tomava para si, pois o presidente entendia que a responsabilidade de sua geração era a de superar o subdesenvolvimento e seus reflexos culturais no Brasil. Para tanto, via no “[...] progresso industrial poderosa determinante

da renovação [...]; mas esta só logrará realizar-se, à medida que se assegurem ao povo brasileiro os instrumentos capazes de fazê-los ingressar na nova etapa de desenvolvimento histórico que nós vamos integrando” (Kubitschek, 1957, p. 420).

A indústria editorial também recebeu incentivos de Juscelino. Embora tivesse pequenas dimensões, o seu desenvolvimento era extremamente necessário para que houvesse o progresso educacional e o técnico-científico que se abordou anteriormente. Afirmava o presidente que a “[...] produção de livros e periódicos, em quantidade que a população possa absorver, e com a diversificação que reclama o desenvolvimento equilibrado da cultura nacional, é matéria relevante que exige dos Poderes Públicos a mais zelosa assistência e estímulo” (Kubitschek, 1958c, p. 261). De acordo com Laurence Hallewell, em sua obra *O livro no Brasil*, originalmente publicada em português no ano de 1985, graças “[...] a Kubitschek, a indústria gráfica crescerá 14,3% entre 1950 e 1960, a quinta maior taxa de crescimento entre as indústrias do país” (Hallewell, 2012, p. 585).

Voltando a tratar das mudanças estruturais de maior vulto, à medida que o *Programa de Metas* alcançava seus objetivos, transformações da infraestrutura ocorriam na sociedade brasileira. Uma das consequências desse processo foi o início de deslocamentos populacionais no território devido aos milhares de quilômetros de estradas que foram asfaltadas. Nesse novo cenário que se desenhava no mapa, novos atores ganhavam relevância com a integração das distintas regiões do Brasil. Essa análise, Juscelino realizava com orgulho.

Convém assinalar, igualmente, que a abertura da Belém-Brasília, representando uma escalada de desbravamento, passou a despertar enorme entusiasmo e gerar emulações. Milhares de famílias, que viviam no Nordeste ou nas regiões inóspitas do Amazonas, começaram a deixar seus lares, a fim de se fixarem ao longo da rodovia. Os motoristas de caminhão – esses denodados bandeirantes do século XX, cujo patriotismo ainda não foi suficientemente exaltado – deram início, desde logo, ao intercâmbio de mercadorias entre o Norte e o Centro-Oeste e vice-versa. No rastro dos caminhões, iam surgindo os povoados, os núcleos populacionais, as vilas humildes perdidas na floresta. (Kubitschek, 2000, p. 236)

A integração das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste às regiões Sul e Sudeste através da cidade de Brasília e das rodovias que foram pavimentadas durante a execução do *Programa de Metas* era um motivo de orgulho para Juscelino. Entretanto, o presidente estava ciente de que seriam as “[...] indústrias

de base, que decidirão do progresso do Estado e do país, tem sido objeto de nossa constante diligência” (Kubitschek, 2000, p. 119). Por isso, existia uma imensa preocupação com a energia elétrica e com as futuras consequências das obras realizadas durante o seu mandato. Após ter inaugurado a usina de Furnas, Juscelino criou um grupo de trabalho que proporia medidas de desenvolvimento da região, pois a usina poderia proporcionar para “[...] aquela área melhores e mais abundantes meios de transporte, terrestre e fluvial, bem como maior possibilidade de amplo suprimento de energia elétrica, o que constituía excepcional fator de progresso, a ser racional e oportunamente aproveitado” (Kubitschek, 2000, p. 338–339).

Se por um lado Juscelino se preocupava com a produção de energia elétrica e com o desenvolvimento econômico ao redor das usinas, por outro, afirmava que era para a siderurgia “[...] que no momento temos voltado a atenção com maior cuidado. O progresso de nossa industrialização está a exigir cada vez mais aço, impondo um programa enérgico de ampliação das usinas existentes, assim como a construção de novas siderúrgicas” (Kubitschek, 1958b, p. 167).

A produção de energia elétrica e aço eram essenciais para a realização do processo de industrialização brasileira. Após produzi-las, o caminho rumo ao progresso poderia ser menos tortuoso, e era isso que ocorria à época. Tal fato pode ser evidenciado nos pronunciamentos de Juscelino sobre o *Correio Aéreo Nacional* e sobre a produção de aviões e automóveis em solo brasileiro. Quando o presidente se referia ao primeiro, argumentava que tal serviço era o

[...] veículo ideal de civilização e de progresso, alcança, sistemática e regularmente, as populações desgarradas do litoral, penetra nas selvas, levando consigo a vigilância e as providências de governo. Os mais distantes municípios, aldeias indígenas, vilas, povoados e pequenas guarnições de fronteira têm no Correio Aéreo Nacional laço de conagração que os incorpora virtualmente, cimentando a unidade do Brasil. (Kubitschek, 1958a, p. 311)

Um serviço oferecido pelo governo que unia os diferentes povos do Brasil através do avião. Por isso, Juscelino se via na posição de poder afirmar que a aviação representava “[...] para o Brasil uma condição do seu próprio progresso. E daí a minha convicção de que penetramos na área de suas soluções técnicas por um imperativo de nossa geografia, que haveria de encontrar na navegação aérea a chave de suas vinculações ideais” (Kubitschek, 1958a, p. 309). Por essas afirmações, o presidente argumentava que a transposição

dos acidentes geográficos e de longas distâncias “[...] tiveram no avião o instrumento de sua retificação necessária, [...], sem que se diminuísse a base física da nacionalidade, e aproximou os diversos núcleos de nossa civilização [...]” (Kubitschek, 1958a, p. 309).

Já no que se refere à produção de automóveis em território nacional, Juscelino asseverava que a indústria automobilística “[...] que hoje floresce auspiciosamente no Brasil, vem encontrar um campo propício em São Paulo, cujo parque industrial é uma base segura para os empreendimentos que o progresso de nossa pátria está a exigir. São Paulo uma vez mais é pioneiro” (Kubitschek, 1959, p. 157).

O setor automobilístico foi intensamente estimulado pelo Estado – mesmo sabendo que 90% do capital desse setor era estrangeiro (Lima, 1960). Argumentava Juscelino que haviam sido os decretos de seu governo que propiciaram o crescimento das “[...] fábricas que produzem peças, fábricas que montam veículos, fábricas que jogam nas ruas das cidades e nos caminhos do interior os carros e os caminhões que são os agentes do progresso, da ação civilizadora e da unidade nacional” (Kubitschek, 1959, p. 153).

Um exemplo claro dessa nova realidade que surgia na sociedade brasileira, para além das tabelas e gráficos, são as cenas do filme *São Paulo, sociedade anônima*, dirigido por Luís Sérgio Person e lançado no ano de 1965. O frenesi que a indústria automobilística causava na cidade de São Paulo e o surgimento de industriais endinheirados devido ao recebimento de crédito do Banco do Brasil foram sutilmente apresentados pelo perspicaz olhar do diretor.⁶

Esses novos industriais eram exaltados por Juscelino, pois, de acordo com a sua análise, eles faziam parte de uma iniciativa privada que não visava apenas ao lucro, mas que também auxiliava na tarefa de fazer do Brasil um país grande.

À iniciativa privada deve-se a parte mais considerável do surto de progresso que o nosso país está conhecendo. Uma mentalidade industrial arrojada e nova – que não visa apenas ao lucro – vem-se tornando cada vez mais ousada, mais empreendedora, mais afirmativa, abrindo o caminho que conduzirá a nação brasileira ao que ela deve e vai tornar-se um dia. *A tecnologia, de que ficamos privados durante tanto tempo, começa a ensinar-nos que a nossa pobreza é uma consequência do desconhecimento e falta de preparo.* (Kubitschek, 1958a, p. 290, grifo nosso)

⁶ Ainda sobre a produção artística desse período, no artigo de Franco et al. (2017) pode ser observada a forma como Adoniran Barbosa apreendia as faces sedutora e violenta do progresso em suas letras de música.

A nova realidade, gerada pelo processo de industrialização brasileiro, certamente criava um novo tipo de empresário. Talvez nessas palavras de Juscelino também estivessem contidas suas apostas e expectativas em relação ao empresariado. Nesse discurso, realizado no ano de 1956, no lançamento da pedra fundamental da *Mecânica Pesada S.A.*, o presidente expunha a relação entre o conhecimento instrumental, a tecnologia e a pobreza nacional, cuja superação viria com a industrialização.

Para concluir esta seção, apresenta-se o argumento de Heitor Ferreira Lima sobre as transformações que ocorriam no Brasil sob a gestão de Juscelino. Para esse autor, a construção de Brasília, a abertura de imensas rodovias e a *Operação Nordeste* eram “[...] as três maiores realizações da [...] época, pela ressonância que terão no futuro imediato da economia nacional” (Lima, 1960, p. 14). Esse argumento relaciona-se diretamente com o problema do desequilíbrio e do progresso regional existente no Brasil, tema que será apresentado na próxima seção.

6. O progresso regional

Na segunda metade da década de 1950, a existência e as consequências dos desequilíbrios regionais brasileiros eram objeto de análise de livros e artigos especializados. Um exemplo dessa análise está presente na obra *A dualidade básica da economia brasileira*, publicada no ano de 1957 por Ignácio Rangel. O autor afirmava existir um convívio entre diferentes formas de produzir a vida no território brasileiro – a contemporaneidade do não coetâneo. Diante dessa realidade desigual, Rangel asseverava que no Brasil um “[...] programa poderá ser correto e oportuno, por exemplo, se reclamar, ao mesmo tempo, o liberalismo e o intervencionismo estatal, em um e outro campo, respectivamente” (Rangel, 2005, p. 305). Rangel afirmava que o Estado deveria conhecer objetivamente os problemas resultantes da heterogeneidade do desenvolvimento regional brasileiro. Somente após esse passo, poderia criar políticas para resolvê-los.

Diante da observação da desigualdade regional existente no país, a mudança da capital federal para Brasília era observada como uma forma de resolver esse problema. Por isso, no artigo “Brasília, peça política nacionalista”, J. R. Vasconcelos se perguntava “[...] por que não podemos, hoje, erigir a nossa capital em local recomendado pela segurança e progresso do País?” (Vasconcelos, 1957, p. 177). Tal questionamento era a consequência lógica da

argumentação de que capitais de diferentes nações do mundo também haviam sido transferidas para uma nova localização. O autor argumentava, como tantos à época, que a mudança da capital brasileira para Brasília faria com que mais da metade do território nacional fosse conquistado. Por isso, afirmava que um governo não poderia “[...] desconhecer nem negligenciar providências necessárias ao progresso e à estabilidade de seu povo, qualquer que seja o preço que a Nação tenha de pagar por essas providência” (Vasconcelos, 1957, p. 177).⁷

O problema do desequilíbrio e da necessidade de progresso regional no Brasil foi largamente tratado por Juscelino. A mudança da capital para o Centro-Oeste brasileiro seria uma das formas de iniciar o processo de resolução desta situação. O presidente argumentava que o grande

[...] desafio da nossa História estava ali: seria forçar-se o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Ao invés do litoral – que já havia alcançado certo nível de progresso –, povoar-se o Planalto Central. O núcleo populacional, criado naquela longínqua região, espalhar-se-ia como uma mancha de óleo, fazendo com que todo o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do País. Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território. E a mudança da Capital seria o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear o novo ciclo bandeirante. (Kubitschek, 2000, p. 7)

Juntamente com Brasília, chegaria a infraestrutura rodoviária e, se tudo acontecesse de acordo com o planejado, os caminhões, o comércio e o emprego também chegariam às regiões até então isoladas. Afinal de contas, a desigualdade regional no Brasil era imensa, e Juscelino se perguntava criticamente: “Civilização? Núcleos populacionais? Quistos de densidade demográfica? Todos esses sintomas de progresso existiam, igualmente, e eram constatados ao longo da extensa fita litorânea, cuja profundidade não ultrapassava uma faixa de duzentos quilômetros” (Kubitschek, 2000, p. 11).

Devido a essa pequena faixa de progresso localizada na franja litorânea brasileira, Juscelino observava que a Amazônia não podia mais ficar “[...] contrastando com o progresso que se observa em áreas de menores propor-

⁷ A síntese da noção de progresso regional de Juscelino encontrava-se na construção de Brasília e nas rodovias que conectariam mercados e regiões do país antes isoladas e, conseqüentemente, nos postos de trabalho que seriam criados a partir dessas realizações. Esse olhar sobre o progresso regional não destacou a importância da Sudene, do problema que essa instituição buscava resolver e da atuação de Celso Furtado nesse período. Para uma reconstituição sobre este tema, ver o artigo de Jurgenfeld (2021).

ções e mais altas densidades demográficas, e precisa ser definitivamente incorporada à civilização brasileira” (Kubitschek, 1956, p. 514). Por outro lado, também enfatizava que

[...] a verdade é que jamais atingiremos o desejado equilíbrio sem que se multiplique o nosso potencial elétrico, sem que haja vias de comunicação, sem que o interior seja ocupado, as matas desbravadas, os obstáculos removidos, sem que, de fato, este país esteja preparado para marchar harmônica e solidariamente. Não o faremos enquanto se acumularem os progressos em certas e determinadas zonas e persistirem a pobreza, a desolação e o desamparo na maior parte do Brasil. (Kubitschek, 1960a, p. 38)

Após ter constatado as evidências dos desequilíbrios existentes no Brasil e ao falar especificamente sobre o Nordeste, o presidente dizia ser necessário adotar uma política de correção dos “[...] desequilíbrios, injustiças e tratamento desigual das Unidades federativas, cujo progresso não tem acompanhado o ritmo de desenvolvimento característico de determinadas zonas do Centro e do Sul” (Kubitschek, 1956, p. 534). Tal política era entendida como um “[...] fator de integração nacional e instrumento fundamental da prosperidade geral do País” (Kubitschek, 1956, p. 535).

Com essa política de integração nacional em mente, na *Mensagem* de 1957, Juscelino continuava a predicar que em um “[...] país da extensão do Brasil, onde a riqueza, o progresso e a cultura se expandem em forma tão desigual, é dever da União tratar dos problemas regionais com espírito nacional, de sorte que o nosso desenvolvimento, como um todo, se processe de modo orgânico” (Kubitschek, 1957, p. 33). O presidente continuava a afirmar que a ausência desse sentido nacional desmontaria os pressupostos do regime federativo, logo “[...] a União, em virtude de sua própria formação histórica, tem de chamar a si encargos e responsabilidade [...] no que toca às exigências do desenvolvimento brasileiro, ainda que, aparentemente, reflitam interesses regionais ou locais” (Kubitschek, 1957, p. 33).

Partindo da promessa para a criação de instituições que tratariam de resolver o problema regional, em fevereiro de 1959, foi criado o *Conselho de Desenvolvimento do Nordeste* (Codeno) “[...] com o objetivo de formular e executar, sistematicamente, os diversos projetos para o progresso econômico e social da área considerada” (Kubitschek, 1960b, p. 120). Além disso, seminários eram realizados para debater o assunto. Em abril de 1959, Juscelino discursava na inauguração do *Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste*, ocorrido

em Garanhuns (PE), ocasião na qual afirmou que naquela cidade havia um esforço para “[...] tornar-se um centro ativo de progresso, a fim de realizar um seminário que congrega homens de empresa de numerosas regiões do país e autoridades responsáveis pelo planejamento e execução da Operação Nordeste” (Kubitschek, 1960a, p. 140).

Nessa ocasião, Juscelino aproveitava para deixar claro como compreendia o problema regional do Nordeste e suas possíveis soluções. Juntamente com os técnicos e especialistas que estavam presentes no seminário, afirmou o presidente que provariam “[...] *que só há estagnação e subdesenvolvimento onde não foi encontrada uma interpretação exata para as dificuldades e peculiaridades regionais*” (Kubitschek, 1960a, p. 141, grifo nosso).

Juscelino estava preocupado em diminuir os desequilíbrios regionais existentes no Brasil e na leitura de seus documentos sempre se encontra o argumento de que a nova capital seria o foco de “[...] irradiação civilizadora para aquelas regiões, que, afastadas do bafejo do poder central e daqueles pontos mais afortunados e prósperos, não puderam ainda acompanhar o ritmo de progresso verificado em outras partes da nação” (Kubitschek, 1959, p. 436).

Enfim, a nova capital foi construída e, assim como Juscelino havia planejado, no dia vinte e um de abril de 1960 foi realizada a cerimônia de inauguração. Apesar daqueles que pensavam que Brasília seria o grande fracasso de um presidente megalomaniaco, Brasília transformou-se na nova capital do país e, com isso, gerou consequências positivas. Na opinião de Juscelino, o

[...] progresso não fora apenas material, adstrito à produção de bens duráveis e de consumo, mas, também, espiritual, vinculado a uma mudança de mentalidade. O brasileiro, antes desanimado, descrente da sua capacidade empreendedora, tornara-se dinâmico, orgulhoso das virtudes de que é dotado, animado de espírito pioneiro que levaria – como acontece até hoje – a disputar com agressividade, no cenário internacional, seu lugar entre as grandes nações do mundo. (Kubitschek, 2000, p. 445-446)

Como já se disse, o objetivo de Juscelino era o de reunir as “[...] unidades federativas, aproximá-las, fazê-las participar do progresso geral, em situação de igualdade com os grandes Estados. Não era possível que continuasse a existir um Nordeste que passava fome ao lado de um São Paulo, que era um exemplo de riqueza” (Kubitschek, 2000, p. 128). Para tanto, as rodovias foram o instrumento de reunião destas diferentes partes da federação e a construção de Brasília muito facilitou para que isso ocorresse. Nessa nova conjuntura, Juscelino observava que um

[...] mundo diferente de atividades diversas crispava nas outrora tranquilas cidadezinhas do interior, fazendo-as viver uma era de vertiginoso progresso. Paracatu, com seus muros de pedra, desde muito em ruína, renascia das próprias cinzas, com seus habitantes já antegozando a prosperidade que lhes traria em breve a Belo Horizonte-Brasília. Ao longo da faixa, já demarcada para a passagem da rodovia, valorizavam-se as terras, plantações surgiam, rebanhos eram separados para a recria. (Kubitschek, 2000, p. 181)

Como destacado pelo presidente, por onde passavam as rodovias, surgiam povoados que se dedicavam à lavoura e ao comércio e uma amostra “[...] desse surto de progresso poderia ser verificado na localidade denominada Gurupi, a setecentos quilômetros de Brasília, e que já contava com uma população de 8.000 almas, produzindo, naquele ano, 60.000 sacas de arroz” (Kubitschek, 2000, p. 207).

Quando se referia às consequências da construção da Belém-Brasília, Juscelino dizia que a nova estrada desempenharia o papel de semear o “[...] progresso, já que tinha elevado o sentido econômico. Daria acesso a uma das mais promissoras regiões brasileiras, representada pelo Triângulo Mineiro, sul e sudoeste de Goiás e vasta zona tributária de Mato Grosso [...]” (Kubitschek, 2000, p. 212-213).

Como se pode observar, eram muitos os pronunciamentos de Juscelino sobre as rodovias. O presidente buscava construir uma sociedade fundada na tecnologia da energia elétrica, do concreto e do asfalto. Na medida em que o

[...] asfalto avançava, as povoações surgiam do solo como cogumelos. E o fenômeno se repetia, mesmo onde não existia asfalto. A Belém-Brasília, ainda em construção, já era um viveiro de núcleos bandeirantes. Ao longo da Brasília-Belo Horizonte, as cidades mortas, como Paracatu, acordavam do sono secular e abriam os braços ao progresso. (Kubitschek, 2000, p. 399)

Internalizar o progresso era o objetivo de Juscelino cuja materialização ocorreu por meio da transferência da capital para o Centro-Oeste, da pavimentação de milhares de quilômetros de estradas e da criação de instituições que tratariam especificamente da dinamização econômica das regiões mais atrasadas. Apesar de os objetivos de Juscelino terem sido apresentados aqui separadamente, eles faziam parte de um todo. E, para que eles fossem alcançados, havia a necessidade de

[...] desencadear forças ou impulsos capazes de acelerar o progresso,

e essas forças só poderiam provir dos polos de desenvolvimento, que seriam as siderúrgicas, as centrais elétricas e a extensa rede de estradas, criadoras do indispensável módulo da industrialização. Ao lado dessas providências, porém, teria de forçar uma migração interna, de forma a obter uma melhor distribuição da camada populacional. Em vez de densas concentrações na faixa litorânea, melhor seria que se forçasse um deslocamento das massas para o interior, através de incentivos relacionados com a melhoria dos padrões de vida no Planalto Central. (Kubitschek, 2000, p. 82)

Nesta seção, observou-se, de acordo com Juscelino, como os problemas relacionados ao desequilíbrio regional existentes no Brasil limitavam o progresso nacional. Como discutido, a mudança da capital federal para Brasília deslocaria o eixo do desenvolvimento nacional por meio da construção de novas rodovias que seriam utilizadas por caminhões de transporte de produtos de diferentes regiões do país. Tal fato levaria à criação de novos estabelecimentos comerciais e empregos. Também foi observada a necessidade de diminuir os desequilíbrios existentes entre a região Sul e as regiões Norte e Nordeste, pois a resolução do problema da desigualdade regional teria que ser tratada com um sentido nacional. Por fim, observou-se que a nova capital federal e as rodovias deveriam conectar diferentes polos de desenvolvimento, ou seja, polos de criação de produtos socialmente necessários e que precisariam circular ao longo das estradas nacionais para serem comercializados.

A noção de progresso regional foi deixada por último por sintetizar todas as outras citadas anteriormente. Afinal, a resolução do problema da desigualdade regional implicava reestruturar toda a economia e a sociedade brasileira.

7. Considerações finais

A reconstituição das principais dimensões da noção de progresso existentes nos *Discursos* e nas *Mensagens ao Congresso Nacional* de Juscelino Kubitschek evidenciou que o presidente buscava construir no Brasil uma sociedade de acordo com o padrão de vida resultante das transformações econômicas e sociais decorrentes da Segunda Revolução Industrial ou, de outro modo, uma nação moderna da civilização ocidental.

O progresso, assim como o apresentou Reinhart Koselleck, definido como o resultado da tensão existente entre os conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, caracteriza o tempo histórico da modernidade.

Nela, a tensão se apresenta pelo distanciamento entre esses conceitos. O lema do governo de Juscelino expressava, justamente, essa tensão distanciadora – *50 anos de progresso em cinco anos de governo*. Nele, observa-se um distanciamento entre o *horizonte de expectativa* e a experiência prévia – um processo de aceleração. Esses dois fenômenos foram evidenciados na segunda seção do artigo pelas diferentes dimensões da noção de progresso do presidente.

A escolha por transformar o *horizonte de expectativa* se manifestava objetivamente na busca por um certo tipo de progresso. Um progresso material construtor de hospitais, escolas, universidades, institutos de pesquisa, usinas hidrelétricas, indústrias, da integração da economia nacional por meio de rodovias e da nova capital federal – um progresso que abandonaria toda a experiência prévia de uma sociedade de passado colonial e subdesenvolvida. Além disso, o homem brasileiro também teria que ser transformado. Por um lado, parte dos caboclos, sertanejos, matutos, caipiras e caiçaras teriam que se transformar em trabalhadores urbano-industriais.⁸ Por outro, fazendeiros teriam que se transformar em empresários e auxiliar no processo de desenvolvimento capitalista.

Juscelino, ao propor a transformação da sociedade brasileira pela execução do *Plano de Metas* e a construção de Brasília, não buscava apenas transformar a técnica de produção e os trabalhadores, mas também dar nova configuração às expectativas futuras que esses trabalhadores tinham de si mesmos. Por isso, ao refletir sobre o desenvolvimento que ocorria no Brasil, Álvaro Viera Pinto ([1956] 1959) afirmava que a ideologia do desenvolvimento teria que ser popular, pois o desenvolvimento só teria sucesso se os trabalhadores acreditassem nessa mudança.

As considerações realizadas aqui são distintas da literatura exposta na introdução deste artigo, cujo conteúdo versava sobre o processo decisório, o planejamento e o financiamento da indústria. Assim, enriquecem o período em análise ao reconstituir as expectativas de futuro de um governante que buscava criar um novo homem e uma nova sociedade. Além disso, as principais dimensões da noção de progresso de Juscelino são a expressão das expectativas de futuro de um modelo de desenvolvimento econômico que atingia seus objetivos e se distanciava do presente vivido. Neste cenário, Juscelino atuava de duas formas. Por um lado, propunha um novo horizonte de expectativa

⁸ Sobre esse tema, ver Santos (2019).

para a sociedade brasileira, por outro, já se colocava nesse horizonte e prometia conduzir a sociedade brasileira ao novo estágio da civilização.

A riqueza histórica das principais dimensões da noção de progresso existentes nos *Discursos* e nas *Mensagens ao Congresso Nacional* de Juscelino estão nesses detalhes e nuances que evidenciam os valores que orientavam uma conduta voltada para um futuro que necessariamente seria melhor que o presente. São também a expressão de um momento em que havia a expectativa de que o desenvolvimento capitalista conduzido pelo Estado construiria uma sociedade similar às principais sociedades europeias e à norte-americana. Certamente, um futuro que já não existe mais, assim como foi observado na precisa análise de Mello (1997), ao asseverar que o período do pós-guerra, de capitalismo domesticado, entorpeceu a muitos em relação à finalidade última do regime de produção capitalista, qual seja, a busca pela riqueza abstrata.

O período do governo de Juscelino, reconstituído neste artigo sob o foco das dimensões do progresso do presidente, foi uma importante fração desse momento de possibilidade de relativização da dinâmica do capital para a construção de uma sociedade moderna e industrial no Brasil, nação de passado colonial que se transformou em uma economia periférica quando o comércio internacional foi dominado pela Inglaterra e, posteriormente, pelos Estados Unidos.

Em uma conjuntura histórica em que a realidade material e as expectativas de futuro são completamente diferentes, o período em análise apresenta-se como um futuro passado que merece continuar sendo objeto da pesquisa histórica, pois mostra a complexidade existente na tarefa de planejar futuros transformadores em uma sociedade desigual como a do Brasil.

Referências

BENEVIDES, M.V. de M. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. As exigências educacionais do processo de industrialização. *Revista Brasiliense*, v. 26, p. 141-168, 1959.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DUPAS, G. O mito do progresso. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 77, p. 73-89, 2007.

FERNANDES, A. M. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Universidade de Brasília: ANPOCS; CNPq, 1990.

FRANCO, T. F. e colab. As faces sedutora e violenta do “progresso” em Adoniram Barbosa. *Idéias*, v. 8, n. 2, p. 33-56, 2017.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

HOBBSAWM, E. J. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOCHMAN, G. O Brasil não é só doença: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *Revista: História, Ciências, Saúde*, v. 16, p. 313-331, 2009. Disponível em <<http://150-8.redalyc.org/articulo.oa?id=386138047015>>. Acesso em 9 outubro 2017.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JURGENFELD, V. F. A grande articulação política de Celso Furtado para a criação da Sudene retratada pelo Correio da Manhã. *História Econômica & História de Empresas*, v. 24, n. 1, p. 98-130, 2021.

KOSELLECK, R. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ:Contraponto, 1999.

KOSELLECK, R. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p. 305-327, 2006.

KUBITSCHEK, J. *Discursos: proferidos no primeiro ano de mandato presidencial, 1956*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958a.

KUBITSCHEK, J. *Discursos: proferidos no quarto ano do mandato presidencial, 1959*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960a.

KUBITSCHEK, J. *Discursos: proferidos no quinto ano do mandato presidencial, 1960*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

KUBITSCHEK, J. *Discursos: proferidos no segundo ano do mandato presidencial, 1957*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958b.

KUBITSCHEK, J. *Discursos: proferidos no terceiro ano do mandato presidencial, 1958*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

KUBITSCHEK, J. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1956*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

KUBITSCHEK, J. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1957*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957.

KUBITSCHEK, J. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1958*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958c.

KUBITSCHEK, J. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960b.

KUBITSCHEK, J. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2000.

KUBITSCHEK, J. *Programa de saúde pública do candidato*. São Paulo: L. Nicolini, 1955.

LAFER, C. *JK e o programa de Metas (1956-61): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

- LESSA, C. F. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LIMA, H. F. Um quinquênio de expansão industrial. *Revista Brasiliense*, v. 31, p. 3-24, 1960.
- MELLO, J. M. C. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. *Economia e Sociedade*, v. 6, n. 2, p. 159-164, 1997.
- MELLO, J. M. C. de; BELLUZZO, L. G. M. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, L. G. de M.; COUTINHO, R. C. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, p. 141-158, 1984.
- MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Editora UNESP; FACAMP, 2009.
- NISBET, R. A. *História da idéia de progresso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- PINOTTI, M. *Vida e morte do brasileiro: saúde e doença no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.
- PINTO, A. V. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- PINTO, A. V. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- RANGEL, I. Dualidade básica da economia brasileira. In: RANGEL, I. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 285-353, 2005.
- RIBEIRO, D. *Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961*. Brasília, DF: [s.n.], 1962.
- SANTOS, F. P. dos. Capitalismo histórico e formas de sociabilidade: uma hipótese sobre a formação do Brasil contemporâneo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 52, p. 66-95, 2019.

SETEMY, A. *Liga Pró-Saneamento do Brasil*. Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA PRÓ-SANEA-MENTO DO BRASIL.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA_PRO_SANEA-MENTO_DO_BRASIL.pdf)>. Acesso em 10 outubro 2017.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOLA, L. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1998.

TEIXEIRA, A. *A educação e a crise brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

VASCONCELOS, J. R. Brasília, peça de política nacionalista. *Revista Brasileira*, v. 14, p. 171-177, 1957.

YOUNG, V. A. Ferraz. *JK, Estados Unidos e FMI: da súplica ao rompimento*. São Paulo: Alameda, 2014.